



Governo federal anuncia Pix de R\$ 5,1 mil para famílias do RS

Especialistas apontam vulnerabilidade de áreas costeiras a inundações

Página 8

Haddad diz que prorrogação da dívida do RS é provisória

Página 3

Saúde discute plano de enfrentamento da dengue

Técnicos do Ministério da Saúde discutem esta semana estratégias de preparação e resposta para a próxima epidemia de dengue e outras arboviroses no Brasil. O período epidêmico avaliado pela pasta é o biênio 2024/2025.

O plano deve contemplar informações sobre vigilância em saúde, manejo clínico, organização dos serviços, controle vetorial, lacunas de conhecimento para financiamento de pesquisas, comunicação e mobilização social.

O planejamento vai incluir ações a serem implementadas a curto, médio e longo prazo. Após a elaboração do plano, será feita a pactuação das estratégias com estados e municípios.

Participam da discussão especialistas em arboviroses, incluindo gestores, pesquisadores e técnicos estaduais e municipais, além de representantes da pasta, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

O ministério lembrou que a dengue tem padrão sazonal, com aumento de casos e risco de epidemia, sobretudo, entre os meses de outubro a maio. “No entanto, os cuidados para combater essa doença devem ser realizados ao longo de todo o ano e não apenas no verão, com ênfase nos meses que antecedem o período das chuvas”, alerta o ministério.

Epidemia atual

Boletim divulgado pela pasta na terça-feira (14) indica que 24 estados e o Distrito Federal registram queda na incidência da dengue, enquanto o Maranhão e Mato Grosso têm tendência de estabilidade de casos da doença.

Os dados mostram que o país contabiliza, este ano, um total de 4.797.362 casos prováveis de dengue, uma média de 2.362,5 casos para cada grupo de 100 mil habitantes, incluindo 53.660 casos de dengue grave ou dengue com sinal de alarme. Há ainda 2.576 óbitos pela doença confirmados e 2.628 em investigação. (Agência Brasil)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,13
Venda: 5,13

Turismo

Compra: 5,17
Venda: 5,35

EURO

Compra: 5,58
Venda: 5,58

Atividade econômica tem alta de 1,08% no primeiro trimestre

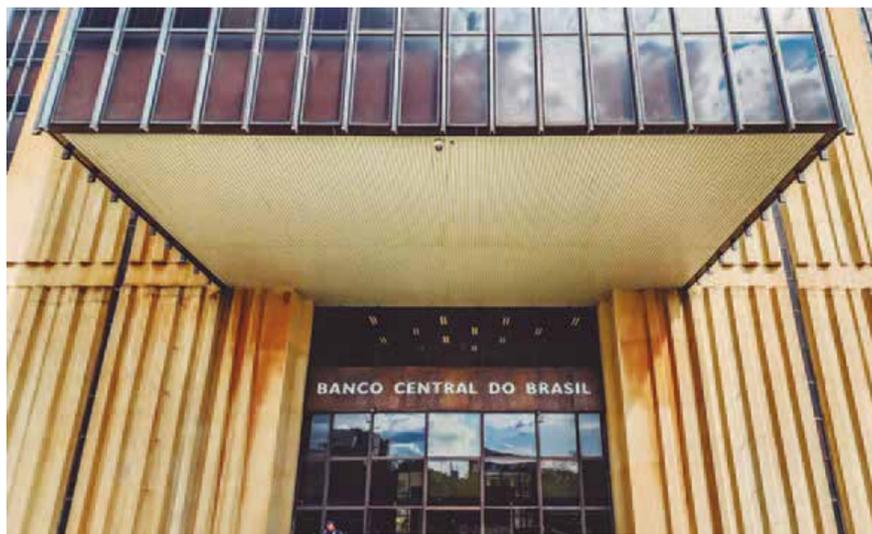


Foto: Rafa Neddermeyer/ABr

Página 3

Relator da CPI da Braskem pede indiciamento da mineradora e 8 pessoas

Página 8

Programa de reciclagem da Prefeitura combate danos ao meio ambiente e possibilita geração de renda

Atuar na redução de materiais recicláveis, destinados indevidamente aos aterros sanitários, é a missão da Prefeitura de São Paulo por meio Programa SP Coopera, que

conta com 60 cooperativas conveniadas. Seu objetivo é incentivar a criação, a formalização e o fortalecimento da cultura cooperativista no município. Página 2

Esporte

Arthur Leist estreia em Cascavel com a TOYOTA GAZOO Racing

A temporada da Stock Car chega neste final de semana a Cascavel (PR), onde realiza a quarta etapa de 2024 no Autódromo Zilmar Beux. Piloto TOYOTA GAZOO Racing na principal categoria do esporte a motor brasileiro, Arthur Leist fará sua estreia no circuito de 3.058 metros, e busca brigar pelas primeiras colocações ao longo do final de semana.

Será a primeira vez que o piloto do Toyota Corolla número 81 correrá no mais veloz circuito do calendário da temporada. Mesmo em seus anos de Stock Series, Leist jamais visitou autódromo localizado no oeste paranaense. Assim, o gaúcho espera por uma etapa

desafiadora, e busca se manter entre os primeiros colocados desde o início das atividades.

“As expectativas para Cascavel são muito positivas. Será minha estreia em Cascavel, e estou bastante empolgado. Gosto de conhecer pistas novas e espero me adaptar rapidamente para conquistar bons resultados e pontos para o campeonato. O objetivo é alcançar o Q3 da classificação para tentar nosso primeiro pódio na temporada”, disse Leist.

O Toyota Corolla que leva as cores da TOYOTA GAZOO Racing ainda terá um visual diferente neste final de semana. A testeira do carro de Leist terá uma mensagem em apoio às vítimas das chuvas que atingem o Rio Grande



Arthur Leist

do Sul, além de um QR Code para doações através da Fundação

Toyota do Brasil, que revertirá o valor arrecadado até o próximo dia

25 de maio para ações visando ajudar a população gaúcha.

“Como todos os brasileiros, fomos muito impactados com a dimensão desta tragédia e precisamos seguir contando com as doações de todos para ajudar o máximo possível”, diz Leist, que nasceu em Novo Hamburgo (RS).

A programação da quarta etapa da temporada 2024 da Stock Car será aberta na sexta-feira com dois treinos livres. O sábado será reservado para a classificação, marcada para 9h30, e a corrida Sprint, às 14h. O domingo terá a disputa da corrida principal, marcada para 14h15, com transmissão de Band, Sportv e YouTube.

Miguel Silva deve confirmar segundo título na temporada

Depois de se sagrar campeão do primeiro turno da categoria F4 Júnior na Copa São Paulo Light de Kart, no começo do mês, agora é a vez de Miguel Silva (RodOil/Shield Oil/SOS Bike Móvel) confirmar o mesmo título na V11 Aldeia Cup, tanto na F4 Júnior, quanto na Light. O fechamento deste turno inicial será no dia 19/5, com a realização da quarta etapa.

“Eu acho que será mais

uma etapa legal para aumentar a minha experiência. Meu objetivo é manter a invencibilidade, mesmo não precisando disto para vencer o turno, para eu ir construindo uma liderança cada vez mais sólida, pensando nos títulos ao final da temporada”, espera o piloto de 12 anos de idade.

Atual campeão da F4 Júnior Rookie na V11 Aldeia Cup, Miguel Silva (RodOil/Shield Oil/SOS Bike Móvel) começou a ar-

rancada que este ano poderá leva-lo ao segundo título consecutivo no campeonato que acontece no Kartódromo Aldeia da Serra (Barueri/SP). Ele mantém a invencibilidade na temporada com três vitórias consecutivas, e lidera com a ampla margem tantos na classe Light quanto na classificação Geral.

“Vamos finalizar bem o turno pra continuar esta caminhada rumo a mais conquistas”, acredita Odair Brito. “Como o

Miguelito está tranquilo na F4 Júnior, ele vai estreiar na Parilla Júnior, que terá três etapas este ano”, completou o chefe da equipe Dai Motorsport/Nikima Racing.

Confira a pontuação da F4 Júnior Geral após as três primeiras etapas da V11 Aldeia Cup: 1) Miguel Silva, 42; 2) Enrico Martinho, 26; 3) Samuel Santiago, 20; 4) Dudu Pagliaro, 19; 5) Pietro Galafassi, 16; 6) Davi Alkmin, 14; 7) Lorenzo Schneider, 12;

8) Marcella Assumpção, 11; 9) Marcelo Kairis, 9; 10) João Francisco, 6.

Confira a pontuação da F4 Júnior Light após as três primeiras etapas da V11 Aldeia Cup: 1) Miguel Silva, 43; 2) Enrico Martinho, 31; 3) Dudu Pagliaro, 27; 4) João Francisco, 18; 5) Marcelo Kairis, 16; 6) Enzo Brandão, 14; 7) Vinicius Duzzi, 13; 8) Arthur Pilão, 7; 9) João Paulo Guedes, 6; 10) Renato Pionti, 6.

Free Flow é o novo sistema de cobrança automática de pedágios

Chega de filas, paradas em pedágios e trocas de dinheiro. Com o intuito de promover uma circulação mais fluida e segura, as rodovias concedidas do estado de São Paulo passarão a receber em breve o sistema Free Flow. Com o propósito de esclarecer eventuais questionamentos dos usuários, a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) explica os benefícios e funcionalidades principais desse novo sistema. Em 1º de agosto, duas praças da SP-333 utilizarão a tecnologia: em Itápolis, km 179, no sentido leste; e em Jaboticabal, km 110, no sentido oeste.

O sistema de pedágio Free Flow se destaca como uma solução inovadora que visa aprimorar a experiência dos usuários nas rodovias, proporcionando maior fluidez, segurança e comodidade.

Por meio da implementação de adesivos (Tags) instalados nos para-brisas dos veículos, o sistema elimina a necessidade de paradas em praças de pedágio, otimizando o tempo de viagem e reduzindo o congestionamento. O valor da tarifa é debitado de forma direta sem a necessidade de interação direta do motorista.

A aquisição de uma tag proporciona maior agilidade e conforto nas viagens, eliminando a necessidade de paradas nas praças de pedágio e o manuseio de dinheiro em espécie. Além disso, os usuários que optam pelo pagamento automático recebem um desconto de 5% no valor da tarifa, além do benefício do Desconto de Usuário Frequentado (Duf) exclusivo para carros que oferece descontos progressivos a cada passagem

durante o mesmo mês.

Os pórticos de cobrança, que substituirão as praças de pedágio de barreiras, são estruturas equipadas com tecnologia avançada para a leitura e identificação dos veículos. O cronograma de substituição está definido em contrato, garantindo que todas as pistas sejam contempladas pelo novo recurso. Ademais, o sistema é preparado para identificar os veículos em qualquer uma das pistas do ponto de cobrança,

garantindo uma transição suave e eficiente.

As tags instaladas são administradas pelas Operadoras de Serviço de Arrecadação (Osas), assegurando que sejam aceitas em todos os pedágios convencionais e pórticos de rodovias concedidas do estado de São Paulo.

Para garantir uma viagem tranquila e evitar autuações por evasão de pedágio, é fundamental que os usuários planejem sua rota antecipadamente, verifican-

do as tarifas ao longo do trajeto e os métodos de pagamento aceitos em cada concessionária. Além disso, ao utilizar as pistas automáticas, os motoristas devem se certificar de que seus dispositivos eletrônicos estão devidamente liberados para cobrança e obedecer às regulamentações de velocidade e distância, assim como às sinalizações de passagem e cancela.

“A chegada do sistema Free Flow representa um marco sig-

nificativo para as rodovias concedidas do estado de São Paulo, promovendo uma circulação mais fluida e segura para os usuários”, destaca Milton Peroli, diretor geral da Artesp. “Ao eliminar a necessidade de paradas, variações de velocidade ou trocas de faixa, como ocorre na chegada das praças de pedágio, o modelo traz economia de tempo, aumento da segurança viária e até redução no consumo de combustível.”

Gov. de SP envia 13,5 milhões de medicamentos para ajudar o Rio Grande do Sul

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria da Saúde (SES-SP), encaminhou 13,5 milhões de unidades de medicamentos e outros 276,6 mil insumos de saúde para auxiliar o estado do Rio Grande do Sul, atingido fortemente por enchentes nas últimas semanas.

Foram enviados remédios como antibióticos, antitérmicos, diuréticos, analgésicos, corticoides, benzodiazepínicos, antidepressivos e anti-hipertensivos,

além de insumos como ataduras, seringas, cateteres, luvas e máscaras, cedidos por 30 serviços de saúde estaduais e pela Furp (Fundação para o Remédio Popular).

Além dos medicamentos e insumos, a Secretaria de Estado da Saúde paulista encaminhará 150 cilindros de oxigênio. Os itens irão auxiliar no abastecimento das unidades hospitalares e socorro às vítimas.

Uma equipe do GRAU (Gru-

po de Resgate) da Secretaria foi enviada para o estado gaúcho para ajudar na logística dos atendimentos de saúde.

Outros serviços de saúde da Secretaria paulista também foram colocados à disposição do Rio Grande do Sul, como o laboratório do Instituto Adolfo Lutz, Instituto Butantan e o Centro de Vigilância Epidemiológica do Estado (CVE).

“Unir o máximo de esforços

nesse momento é fundamental para suporte ao estado. Cada doação é bem-vinda e ajuda a trazer esperança e acolhimento. Enviamos insumos considerados mais necessários neste momento para ajudar a população do Rio Grande do Sul, em articulação com o governo local, visando atender às vítimas e ajudar a salvar vidas”, afirma Eleuses Paiva, secretário de Estado da Saúde de São Paulo.

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Vereador-presidente Milton Leite (União) sabe que tem tudo pra não ser vice na chapa por reeleição do prefeito Ricardo Nunes (MDB). Ainda assim, Leite não assumiu o cargo [viagem de Nunes], pra valorizar o partido no qual manda em SP

PREFEITURA (São Paulo)

Enquanto o católico Ricardo Nunes (MDB) participa de evento [sobre o clima no mundo] no Vaticano, o vereador Atílio Francisco (Republicanos) tornou-se o bispo licenciado que levou a igreja Universal a ocupar o cargo pela 1ª vez na história

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Deputados e deputadas - da bancada cristã protestante - comenta que a Marcha pra Jesus, em São Paulo, ser no dia 30 maio 2024, não quer dizer que protestantes aceitam a data [feriado católico] como comemoração pelo Corpo de Cristo

GOVERNO (São Paulo)

Enquanto o Ministério Público Eleitoral (Rio de Janeiro) pede a cassação do governador fluminense Claudio Castro (PL), o também fluminense Tarcisio Freitas (Republicanos) segue tranquilo na política paulista, especialmente na Assembleia

CONGRESSO (Brasil)

Entre os deputados paulistas que podem avaliar a catástrofe que abala o povo gaúcho, destaque pro Antonio Carlos Rodrigues (PL). Ele teve grande atuação na catástrofe [2023] do litoral norte paulista, enquanto líder da bancada de 69 colegas

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Lula (dono do PT) não perderia por nada a chance de politizar - já tá fazendo - ao máximo a situação de calamidade pública pelo 'fim do mundo à brasileira' no Rio Grande do Sul. Na prática, é um 3º turno de eleições perdidas em 2020 e 2022

PARTIDOS (Brasil)

Que tal tanto donos como sócios preferenciais das atuais 29 legendas usarem pelo menos uma parte do dinheiro que nem sempre vai [como devia] pras fundações, pra ajudar famílias vítimas da catástrofe ambiental e humana do Rio Grande do Sul ?

JUSTIÇAS (Brasil)

Está no coração, na cabeça e nas mãos de verdadeiros cristãos [homens e mulheres] profissionais do Direito [que atuam no Poder Judiciário, Ministério Público e OAB do Rio Grande do Sul] darem bons exemplos de Ações do Espírito Santo de DEUS

ANO 32

O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP), por ser uma referência das Liberdades Concedidas por DEUS

cesar@cesarneto.com

Confira a operação especial dos Transportes Metropolitanos de SP para a Virada Cultural

Neste fim de semana, nos dias 18 e 19 de maio, as empresas ligadas à Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) terão operação especial para atender ao público da Virada Cultural 2024. As linhas sobre trilhos funcionarão de maneira ininterrupta para facilitar o trajeto dos passageiros que pretendem gostar das atrações culturais.

Trilhos

De sábado (18) para domingo (19), as linhas da CPTM irão operar ininterruptamente durante a madrugada. Entre meia-noite e 4h da manhã, as estações esta-

rão fechadas para embarque e apenas os passageiros que chegam à CPTM por meio de integração com o Metrô poderão embarcar. Os intervalos médios entre os trens serão de 30 minutos nas cinco linhas da companhia neste horário especial. Serão disponibilizados trens de prontidão em locais estratégicos ao longo da malha ferroviária, que poderão ser utilizados se necessário.

Já no Metrô, a operação das quatro linhas será ininterrupta durante a madrugada do sábado (18) para o domingo (19). As estações São Bento e Anhangabaú

ficarão abertas para embarque e desembarque e todas as demais estações abertas para desembarque. Na estação Anhangabaú, o embarque será feito pelo acesso Formosa e, na estação São Bento, o público poderá embarcar pelo acesso do Vale. Os demais acessos destas estações ficarão fechados. A operação será monitorada pelo Centro de Controle Operacional (CCO) e se houver necessidade, haverá aumento na frota.

Linhas intermunicipais

As linhas intermunicipais gerenciadas pela EMTU que

operam nas regiões do Butantã e Heliópolis terão mudanças de itinerário durante a Virada Cultural.

A partir das 22h da sexta-feira (17) até a madrugada de segunda-feira (20), as linhas 033, 068, 079, 191, 241, 300, 511 e 841 irão utilizar o Corredor Francisco Morato. Na região de Heliópolis, os serviços 008, 063, 063EX1, 158, 160, 493 e 493DV1 terão desvio de itinerário, no sentido ABC, a partir das 17h da sexta (17) até a madrugada de segunda-feira (20). Agentes da EMTU vão monitorar a operação e orientar os passageiros.

Prefeitura lança edital de R\$ 3,7 milhões para incentivar produção musical na cidade de SP

A 8ª edição do Edital de Apoio à Música, lançada pela Prefeitura de São Paulo para apoiar e fomentar a criação, difusão e acesso à música no município, conta com investimento de R\$ 3,7 milhões neste ano. As inscrições foram iniciadas na quarta-feira (15).

O edital foi criado pela Secretaria Municipal de Cultura

para atender à demanda dos artistas e da população.

Serão contemplados três módulos, que terão valor máximo concedido a cada projeto. O módulo 1, de criação ou gravação de obras musicais, distribui no máximo 10 prêmios de até R\$ 120 mil. Nessa categoria será permitido a criação e/ou gravação de faixa musical (sin-

gle) em formato individual ou em formato de álbum.

Um outro módulo, o de festivais, prevê no máximo cinco projetos de até R\$ 260 mil cada, com contrapartida obrigatória de realizar o festival em equipamento público da Prefeitura de São Paulo. Além disso, pelo menos 10% do valor do projeto deve ser destinado para o plano de comuni-

cação e divulgação do festival.

O módulo 3 é para música instrumental e cultura brasileira, com recursos de R\$ 120 mil para no máximo dez projetos de até R\$ 120 mil cada.

Os interessados devem se inscrever até as 23 horas e 59 minutos de 18 de junho. Mais informações podem ser obtidas no link do edital.

Programa de reciclagem da Prefeitura combate danos ao meio ambiente e possibilita geração de renda

Atuar na redução de materiais recicláveis, destinados indevidamente aos aterros sanitários, é a missão da Prefeitura de São Paulo por meio Programa SP Coopera, que conta com 60 cooperativas conveniadas. Seu objetivo é incentivar a criação, a formalização e o fortalecimento da cultura cooperativista no município. As unidades de reciclagem têm um importante papel na recuperação de resíduos, tema aliado ao Dia Internacional da Reciclagem, 17 de maio. A data foi instituída pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Cerca de 900 famílias atuam diretamente nas cooperativas credenciadas pela gestão municipal. Aproximadamente 5 mil pessoas passaram a gerar renda trabalhando com a reciclagem.

“As cooperativas de reciclagem têm três grandes benefícios em sua atuação: ambiental, pois reduz significativamente os danos causados pelo descarte irregular; econômica, por gerar no-

vos empregos e empresas e, por fim a social, afinal, as cooperativas possibilitam que centenas de pessoas vivam com dignidade, ressignificando matérias-primas que seriam descartadas em produtos totalmente reconstruídos”, destacou a secretária municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Eunice Prudente.

SP Coopera

Facilitar a troca de informações entre as cooperativas, estimulando a inclusão de pessoas capacitadas e/ou em situação de vulnerabilidade em novas frentes nas cooperativas já consolidadas é a missão do SP Coopera. Estimular a autogestão, incentivando práticas que desenvolvam sua capacidade de evolução e autonomia também integra sua grade de atividades.

A SP Coopera presta apoio técnico, orientação jurídica e financeira, por meio de parcerias às cooperativas e empreendimentos coletivos, com o objetivo de potencializar seu desempenho e sustentabilidade econômica,

contribuindo com o desenvolvimento das atividades cooperativistas no âmbito do município de São Paulo.

Por meio do SP Coopera atuam 60 cooperativas. Destas, 30 são habilitadas e recebem resíduos da coleta seletiva municipal, acompanhamento especializado periódico de especialistas, além de benefícios como pagamentos de aluguel, luz e água. As demais estão em fase de incubação, um período qualificatório que enquadra iniciativas não formalizadas ou que ainda não atendem todas as especificações de habilitação do programa, visando a estruturação e crescimento dos grupos.

Além disso, a iniciativa está desenvolvendo um mapeamento de cooperativas na cidade, cuja proposta é apoiar quem se interessa em empreender de maneira coletiva e quer contar com uma rede de apoio para consolidar e fortalecer os negócios locais na cidade de São Paulo. Todas as informações sobre a iniciativa

estão disponíveis clicando aqui.

Impactos Climáticos

Com a reutilização adequada de resíduos, a indústria é capaz de economizar a energia e recursos naturais (por exemplo, na extração de matéria-prima), mas também auxilia na diminuição na decomposição inadequada de resíduos nos aterros sanitários, o que significa menos gases geradores do efeito estufa na atmosfera.

O descarte adequado de resíduos também reduz significativamente a geração de enchentes e catástrofes ambientais, pois a presença de lixo em bueiros e sistemas de esgotos podem exceder a capacidade de escoamento de águas pluviais, por exemplo, gerando enchentes, perdas materiais e até acidentes.

Outro problema causado pelo descarte irregular de resíduos é o aumento de temperatura no planeta. Acelera a degradação dos plásticos que, por sua vez, aumentam a emissão de gases de efeito estufa, além da liberação de compostos orgânicos perigosos para o meio ambiente.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável

Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal

Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

Gov. federal anuncia Pix de R\$ 5,1 mil para famílias do RS

As famílias que perderam móveis, eletrodomésticos e outros objetos com as enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul nas últimas semanas terão direito a um benefício de R\$ 5.100 concedidos pelo governo federal. O anúncio foi feito na quarta-feira (15) pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, durante visita da comitiva liderada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a São Leopoldo do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre.

“A ajuda que hoje a gente verbaliza é uma ajuda para pessoas que perderam sua geladeira, seu fogão, sua televisão, seus móveis, seu colchão. Será atestado pela Defesa Civil de cada município, aquela poligonal, aquelas ruas onde as pessoas perderam seus objetos. Essas pessoas terão, de forma rápida, facilitada, via Caixa Econômica Federal, a transferência, nas suas contas, via Pix, de R\$ 5.100”, afirmou Costa.

Segundo o ministro, a estima-

tiva inicial é que o benefício alcance cerca de 200 mil famílias, a um custo de R\$ 1,2 bilhão. O procedimento será autodeclaratório e as autoridades vão cruzar dados para confirmar se a área onde a pessoa beneficiada vive está entre as atingidas pelas inundações.

O anúncio do governo faz parte de um pacote de medidas voltadas ao apoio direto à população atingida pela maior catástrofe ambiental da história do Rio Grande do Sul. Ao todo, 449 municípios foram afetados. Até a última atualização, na manhã desta quarta, foram registradas 149 mortes, 108 desaparecidos e mais de 800 pessoas feridas.

Novas habitações

Além do Auxílio Reconstrução, como foi batizado o benefício de R\$ 5,1 mil para recuperação de bens, o governo federal anunciou outras medidas para as pessoas que tiveram suas casas destruídas pelas chuvas e enchentes nas áreas

urbanas. O número de residências perdidas no estado ainda não foi levantado.

“O presidente Lula está garantindo que as casas que foram perdidas na enchente, aquelas que se encaixam dentro do perfil de renda do Minha Casa Minha Vida faixas 1 e 2, 100% dessas famílias terão suas casas garantidas de volta pelo governo federal”, afirmou Rui Costa.

Pelas regras do programa habitacional, a faixa 1 compreende famílias com renda bruta familiar mensal de até R\$ 2.640. Já a faixa 2 abrange famílias com renda entre R\$ 2.640,01 e R\$ 4.400.

Entre as medidas apresentadas, está a compra assistida de imóveis usados. Segundo o ministro Rui Costa, a ideia é que as pessoas que se encaixam na faixa de renda do programa possam buscar, desde já, opções de imóveis à venda nas suas cidades, que serão adquiridos a partir de avaliação da Caixa Econômica Federal.

“Aqueles pessoas que estão em abrigo, seja abrigo oficial ou

estão abrigadas em casas de familiares, elas já podem procurar na sua cidade um imóvel à venda que o governo federal, através da Caixa, vai comprar a casa e entregar à pessoa”, disse o ministro. A estratégia de reposição de casas em áreas rurais será anunciada posteriormente pelo governo.

Outra opção é a compra de imóveis diretamente das construtoras. O governo também vai abrir editais novos do Minha Casa Minha Vida a partir de demanda de déficit habitacional apresentada pelas próprias prefeituras, incluindo possibilidade de remodelação de imóveis já existentes para transformação em áreas residenciais.

FGTS e leilão de imóveis

O governo federal também vai permitir que trabalhadores com carteira assinada possam sacar do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), nas cidades atingidas, até o valor de R\$ 6.220, independentemente da vedação legal que limita um intervalo de

12 meses entre um saque e outro, isso para permitir que pessoas que sacaram o FGTS nas enchentes do ano passado, no Vale do Taquari, possam acessar o recurso nas contas novamente.

Também foi anunciada a retirada de leilão de imóveis de pessoas inadimplentes, em financiamentos por meio dos bancos públicos federais. “Nós determinamos que todas as casas que estavam para leilão, aqui nas cidades atingidas, da Caixa e do Banco do Brasil, vamos retirar do leilão, o governo federal fará a aquisição e entregará às famílias que precisam das casas”, anunciou o ministro-chefe da Casa Civil.

Beneficiários do seguro-desemprego no Rio Grande do Sul terão direito a duas parcelas adicionais. Além disso, o governo concedeu pausa nos pagamentos de financiamentos de imóveis por 180 dias, além de carência de 180 dias para novos contratos.

Bolsa Família

O governo também informou

que 21 mil novas famílias foram incluídas no programa Bolsa Família no Rio Grande do Sul. Além disso, as parcelas do pagamento do auxílio serão antecipadas no estado para o próximo dia 17.

Restituição do IR

Em outro anúncio, Rui Costa confirmou que o primeiro lote de restituições do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) será pago no próximo dia 31 de maio para todos os contribuintes do Rio Grande do Sul que fizeram a declaração. O lote tem valor de R\$ 1,1 bilhão.

Terceira visita

O presidente Lula chegou ao Rio Grande do Sul pela manhã, em sua terceira visita ao estado desde o início da tragédia. Ele visitou um abrigo público em São Leopoldo e, na sequência, se reuniu com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. (Agência Brasil)

Atividade econômica tem alta de 1,08% no primeiro trimestre

A atividade econômica brasileira registrou alta no primeiro trimestre deste ano, de acordo com informações divulgadas, na quarta-feira (15), pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) teve aumento de 1,08% de janeiro a março em relação ao trimestre anterior (outubro a dezembro de 2023), de acordo com dados dessazonalizados (ajustados para o período).

Em comparação ao primeiro trimestre de 2023, a alta foi de 1,04% (sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais).

Considerando apenas o mês

de março de 2024, o IBC-Br teve retração de 0,34%, atingindo 147,96 pontos, dados dessazonalizados. Na comparação com o mesmo mês de 2023, houve queda de 2,18% (sem ajuste para o período). No acumulado em 12 meses, o indicador ficou positivo em 1,68%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 10,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da eco-

nomia – indústria, comércio e serviços e agropecuária –, além do volume de impostos.

Taxa básica

A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas ajudam a redução da inflação, mas também podem dificultar a expansão da economia.

O comportamento dos preços

já fez o BC cortar os juros pela sétima vez. Entretanto, a alta recente do dólar e o aumento das incertezas levaram o Copom a diminuir o ritmo do corte, que vinha sendo de 0,5 ponto percentual, para 0,25 ponto percentual.

Em ata da última reunião, o Copom mostrou preocupação com as expectativas de inflação acima da meta e, em meio a um cenário macroeconômico mais desafiador do que o previsto anteriormente, não prevê novos cortes na taxa Selic, os juros básicos da economia. Para os membros do colegiado, a extensão e a adequação de ajustes futuros na taxa “serão ditadas pelo firme

compromisso de convergência da inflação à meta”.

Apesar dos desafios, o Copom reconhece que o cenário do mercado de trabalho e a atividade econômica brasileira apresentaram um desempenho mais dinâmico do que o esperado no primeiro trimestre de 2024. Esse crescimento, impulsionado principalmente pelo setor de serviços, contribuiu para a decisão de reduzir a taxa Selic, ainda que em um ritmo mais lento.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas. Com o controle dos preços, o BC passou a realizar os cortes na Selic.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central ti-

nha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

Produto Interno Bruto

Divulgado mensalmente, o IBC-Br emprega uma metodologia diferente da utilizada para medir o Produto Interno Bruto (PIB), que é o indicador oficial da economia brasileira. Segundo o próprio BC, o índice “contribui para a elaboração de estratégia da política monetária” do país, mas “não é exatamente uma prévia do PIB.”

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país. Superando as projeções, em 2023, a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2022, a taxa de crescimento havia sido 3%.

A próxima divulgação do PIB, com o resultado do primeiro trimestre de 2024, está previsto para o dia 4 de junho. (Agência Brasil)

Gov. indica Magda Chambriard para presidência da Petrobras

O Ministério de Minas e Energia (MME) indicou a engenheira Magda Chambriard para exercer o cargo de presidente da Petrobras, em substituição a Jean Paul Prates. Segundo nota divulgada pela empresa, Prates solicitou que o “Conselho de Administração da Companhia se retira para apreciar o encerramento antecipado de seu mandato como Presidente da Petrobras de forma negociada”.

Confirmada a saída da presidência, ele renunciará também ao cargo de membro do conselho.

Magda é engenheira química

e civil e iniciou sua carreira na Petrobras em 1980. Foi cedida à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 2002. Tornou-se diretora da ANP em 2008. Em 2012, chegou à diretoria-geral da agência no governo Dilma Rousseff.

De acordo com ofício enviado à Petrobras pelo Ministério das Minas e Energia, a indicação será submetida aos procedimentos internos de governança corporativa, incluindo análises de conformidade e integridade necessárias ao processo sucessó-

rio da companhia, com apreciação pelo Comitê de Pessoas e pelo Conselho de Administração.

Magda Chambriard é mestre em engenharia química pela COPPE/UFRJ (1989) e engenheira civil pela UFRJ (1979), e se especializou em engenharia de reservatórios e avaliação de formações e posteriormente em produção de petróleo e gás, na hoje denominada Universidade Petrobras.

O comunicado da empresa diz ainda que Magda fez diversos cursos, além dos relativos à produção de óleo e gás, eles desenvolvimen-

to de gestão em engenharia de produção, negociação de contratos de exploração e produção, qualificação em negociação na indústria do petróleo, gerenciamento de riscos, contabilidade, gestão, liderança, desenvolvimento para conselho de administração.

No mês passado, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, reconheceu a existência de posições públicas divergentes entre o presidente da companhia e o governo, mas classificou rumores sobre demissão como especulações. (Agência Brasil)

Caixa libera abono do PIS/Pasep para nascidos em maio e junho

Cerca de 4,4 milhões de trabalhadores com carteira assinada nascidos em maio e junho podem sacar, a partir da quarta-feira (15), o valor do abono salarial do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) em 2024. A quantia está disponível no aplicativo da Carteira de Trabalho Digital e no Portal Gov.br.

No Rio Grande do Sul, além do pagamento para os nascidos em maio e junho, serão antecipados,

para esta quarta-feira, os créditos dos benefícios para os nascidos de julho a dezembro. A medida beneficiará 702 mil trabalhadores afetados pelas fortes chuvas no estado, que receberão o valor total de R\$ 726,7 milhões este mês.

Ao todo, a Caixa Econômica Federal liberará R\$ 4,45 bilhões neste mês. Aprovado no fim do ano passado, o calendário de liberações segue o mês de nascimento do trabalhador, no caso do PIS, ou o número final de inscrição do Pasep. Os pagamentos

ocorrem de 15 de fevereiro a 15 de agosto.

Neste ano, cerca de R\$ 27 bilhões poderão ser sacados. Segundo o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), o abono salarial de 2024 será pago a 24,87 milhões de trabalhadores em todo o país. Desse total, 21,98 milhões são da iniciativa privada e receberão o abono do PIS e 2,89 milhões de servidores públicos, empregados de estatais e militares têm direito ao Pasep.

O PIS é pago pela Caixa Econômica Federal; e o Pasep, pelo Banco do Brasil. Como ocorre tradicionalmente, os pagamentos serão divididos em seis lotes, baseados no mês de nascimento, no caso do PIS, e no número final de inscrição, no caso do Pasep. O saque começará nas datas de liberação dos lotes e acabará em 27 de dezembro de 2024. Após esse prazo, será necessário aguardar convocação especial do Ministério do Trabalho e Previdência. (Agência Brasil)

Galeão e Confins têm tarifas aeroportuárias reajustadas

O Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim (Galeão), no Rio de Janeiro, e o Aeroporto Internacional Belo Horizonte (Confins), em Minas Gerais, aumentaram os valores das tarifas de embarque. As tarifas para viagens nacionais, pagas pelos passageiros na compra das passagens, passa de R\$ 30,76 para R\$ 32,10 no Galeão e de R\$ 30,40 para R\$ 31,69 em Confins.

Por sua vez, a tarifa máxima

de embarque internacional passará de R\$ 54,47 para R\$ 56,85 no aeroporto de Galeão e de R\$ 53,84 para R\$ 56,12 no aeroporto de Confins. Os novos tetos tarifários, divulgados no Diário Oficial da União na última segunda-feira (13), poderão ser praticados 30 dias após divulgação pelas concessionárias.

Os reajustes estão previstos nos contratos das concessionárias dos aeroportos como meca-

nismos de atualização monetária para preservar o equilíbrio econômico-financeiro.

Os tetos das tarifas de embarque e conexão de passageiros e de pouso e permanência de aeronaves foram reajustados em 4,38% para o aeroporto do Galeão e em 4,23% para o de Confins. Os tetos das tarifas de armazenagem e capatazia de cargas (atividade de movimentação de cargas e mer-

cadorias nas instalações aeroportuárias) de ambos os aeroportos foram reajustados em 3,69%.

Para o cálculo dos reajustes é considerada a inflação acumulada entre abril de 2023 e 2024, medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observada no período. (Agência Brasil)

Haddad diz que prorrogação da dívida do RS é provisória

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reconheceu na quarta-feira (15) que a decisão de suspender o pagamento da dívida do Rio Grande do Sul com a União pelo período de 36 meses é um “pacto provisório” e poderá ser ampliado com termos mais favoráveis. O estado vive a maior catástrofe climática de sua história, com chuvas e enchentes que resultaram na morte de 149 pessoas e deixaram mais de 800 mil fora de suas casas.

“Encontramos a maneira de garantir fluxo de mais R\$ 11 bilhões para o estado do Rio Grande do Sul, num pacto provisório, ainda, sobre a dívida do estado, que vai ter que receber um tratamento adicional, em virtude do fato de que há outros estados também no processo de negociação”, explicou Haddad durante ato público em São Leopoldo do Sul, região metropolitana de Porto Alegre, para o anúncio de medidas de apoio direto às famílias afetadas pela tragédia.

Ainda segundo o ministro, outros estados que têm dívidas com a União, em montantes que somam mais de R\$ 800 bilhões, seguem em processos de negociação e tudo o que for facilitado para esses entes será concedido também ao Rio

Grande do Sul.

“Já há compromisso firmado com o governador de que qualquer que seja o benefício em relação aos demais estados, tenha um reatamento no contrato da dívida do Rio Grande do Sul”, disse, acrescentando que “nenhuma medida isoladamente vai resolver o problema, que é muito grande, muito monumental”.

Anúncio

O anúncio da suspensão da dívida do Rio Grande do Sul foi feito na segunda-feira (13), com o envio de um projeto de lei complementar, já aprovado pela Câmara dos Deputados e que também deverá passar com facilidade no Senado Federal. A medida suspende o pagamento da dívida do estado com a União por 3 anos. Além disso, os juros que corrigem a dívida anualmente, em torno de 4%, serão zerados pelo mesmo período.

O estoque da dívida do estado com a União está em cerca de R\$ 100 bilhões atualmente e, com a suspensão das parcelas, o estado disporá de R\$ 11 bilhões a serem utilizados em ações de reconstrução. Outros R\$ 12 bilhões em juros deixarão de ser pagos no mesmo período. (Agência Brasil)



PREVIDENT ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA S.A.

Prevident Assistência Odontológica S.A.

CNPJ nº 56.269.913/0001-62

Relatório da Administração: Prezados Cotistas & Clientes - A Administração da Prevident Assistência Odontológica S.A. submete à apreciação dos Senhores as Demonstrações Contábeis relativas aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em conformidade com dispositivos legais, estatutários e a regulamentação da ANS. **Visão Geral da Companhia & Mercado de Atuação:** A Prevident tem por objetivo social a operação de planos privados de assistência odontológica. A Companhia conta com uma rede credenciada com mais de 10.000 opções de atendimento distribuídos geograficamente de acordo com a concentração de seus clientes. **Performance Operacional Financeira:** A empresa apresentou um aumento de 38,7 milhões de Reais de Receita Operacional Líquida comparado com exercício de 2022. O aumento de Receita não gerou aumento de lucratividade devido, principalmente, ao aumento das Despesas Administrativas em R\$ 22,4 milhões de Reais. **Perspectivas:** A Companhia possui boas perspectivas de crescimento no mercado de planos exclusivamente odontológicos para 2024, continuaremos acelerando nossa expansão comercial em âmbito nacional e gestão diferenciada no relacionamento com clientes, credenciados e parceiros comerciais. A Empresa seguirá investindo na capacitação dos seus funcionários, investindo em tecnologia, instalações e inovações que aumentem a satisfação de nossos clientes e gerem sustentabilidade ao crescimento de nossos negócios. O programa de credenciamento está orientado ao crescimento, dimensionamento e especialização de acordo com as necessidades das empresas e beneficiários. **Relacionamento com Auditores Independentes:** A MB Auditores Independentes S.S é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e alinhamento com as normas da ANS. Declaramos que a MB Auditores não nos prestou quaisquer serviços que possam afetar a sua independência operacional. **A Administração**

Balanços Patrimoniais - 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	Nota	2023	2022
Ativo Circulante		32.967	17.709
Disponível		1.307	11
Realizáveis		31.660	17.697
Aplicações Financeiras	4	16.610	2.872
- Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		3.768	2.592
- Aplicações Livres		12.843	280
Créditos de Operações / Planos de Assist. à Saúde		10.657	3.541
- Contraprestação Pecuniária a Receber	5	10.657	3.541
- Créditos Tributários e Previdenciários	6	3.656	2.640
- Bens e Títulos a Receber	7	736	8.645
Ativo Não Circulante		12.238	12.972
Realizável a Longo Prazo		12.058	12.886
- Títulos e Créditos a Receber	8	11.578	11.525
- Ativo Fiscal Diferido	9	480	361
Imobilizado		164	76
- Imobilizado de Uso Próprio	9	164	76
- Não Hospitalares / Odontológicos		164	76
Intangível		10	15
Total Ativo		45.205	30.680

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Lucros/Prejuízos	Reservas	Total
Saldos em 31/12/2021	29.278	213	(8.474)
Resultado Líquido do Período	-	-	(1.908)
Saldos em 31/12/2022	29.278	213	(10.382)
Resultado Líquido do Período	-	-	2.217
Saldos em 31/12/2023	29.278	213	(8.166)

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022			
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	2023	2022	
Atividades Operacionais			
(+) Recebimentos de Plano Saúde	74.665	45.745	
(-) Resgate de Aplicações Financeiras	46.348	35.356	
(+) Outros Recebimentos Operacionais	10.770	-	
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(27.367)	(15.350)	
(-) Pagamentos de Comissões	(16.724)	(10.307)	
(-) Pagamentos de Pessoal	(3.779)	(4.003)	
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(24.545)	(10.504)	
(-) Pagamentos de Tributos	(3.408)	(2.925)	
(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(66)	-	
(-) Pagamentos de Aluguel	(45)	-	
(-) Pagamentos de Promoção/Publicidade	(5.550)	(231)	
(+) Aplicações Financeiras	(60.075)	(35.226)	
(+) Outros Pagamentos Operacionais	(2.922)	(3.110)	
Atividades de Investimento	(12.696)	(555)	
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(8)	-	
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(8)	(8)	
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento	14.000	-	
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	14.000	-	
Variação Líquida do Caixa	1.295	(555)	
Caixa - Saldo Inicial	11	567	
Caixa - Saldo Final	1.307	11	

Atividades Operacionais

(+) Recebimentos de Plano Saúde 74.665 45.745
 (-) Resgate de Aplicações Financeiras 46.348 35.356
 (+) Outros Recebimentos Operacionais 10.770 -
 (-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde (27.367) (15.350)
 (-) Pagamentos de Comissões (16.724) (10.307)
 (-) Pagamentos de Pessoal (3.779) (4.003)
 (-) Pagamentos de Serviços Terceiros (24.545) (10.504)
 (-) Pagamentos de Tributos (3.408) (2.925)
 (-) Pagamentos de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias) (66) -
 (-) Pagamentos de Aluguel (45) -
 (-) Pagamentos de Promoção/Publicidade (5.550) (231)
 (+) Aplicações Financeiras (60.075) (35.226)
 (+) Outros Pagamentos Operacionais (2.922) (3.110)
Atividades de Investimento (12.696) (555)
 (-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros (8) -
Caixa Líquido das Atividades de Investimento (8) (8)
 (+) Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento 14.000 -
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento 14.000 -
Variação Líquida do Caixa 1.295 (555)
 Caixa - Saldo Inicial 11 567
 Caixa - Saldo Final 1.307 11

15. Provisões para Contingências: A Administração da Companhia constitui provisões baseadas na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, e considera que os valores provisionados na rubrica "provisões para contingências", no exatidão em longo prazo, são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais. A Companhia é parte em processos judiciais envolvendo contingências cíveis, como segue:

Provisões para Ações Judiciais

2023	2022	
Contingência Processos Jurídicos	253	37
Contingência Aquisição Prevident	1.013	1.013
Saldo	1.267	1.050

16. Débitos Diversos: A Operadora em 2023 fez a contratação de um empréstimo no valor de R\$ 14 milhões para investimento em suas áreas operacionais. **17. Ativos Garantidores:** A Resolução Normativa nº 521/2022 atualizada pela Resolução Normativa 573/2023, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS descreve a diversificação dos Ativos das Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde, para aceitação como Ativos Garantidores das Provisões Técnicas até 2013. As Provisões Técnicas, no montante de R\$ 671 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 423 em 2022), possuem em Ativos Garantidores Aplicações Financeiras Virtuais no montante de R\$ 3.768 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.592 em 2022) (vide Nota 04). **18. Capital Social:** O capital social da empresa está representado por 29.278.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, perfazendo um capital de R\$ 29.278.019,10, subscrito e integralizado e R\$ 980,90 de capital social a integralizar em moeda corrente do país. **19. Detalhamento das Contas de Resultado**

	2023	2022
Despesas Comercialização		
Despesas Comercialização	12.926	13.367
Despesa com Comissão	12.926	13.367
Saldo	12.926	13.367
19.2. Despesas Administrativas: A Operadora teve a necessidade de aumentar suas Despesas Administrativas para atender o crescimento de clientes no exercício de 2023.		
Despesas Administrativas		
Pessoal Próprio	6.070	4.605
Serviços de Terceiros	21.738	5.594
Localização e Funcionamento	2.907	1.827
Comunicação e propaganda	3.513	108
Despesas com Expediente	-	-
Taxas e Tributos	92	57
Depreciação e Amortização	-	-
Outras Despesas	539	205
Saldo	34.859	12.295

20. Eventos Indenizáveis: A cobertura da despesa assistencial em 2023 foi plenamente realizada na modalidade de pré-pagamento, apresentando a seguinte segmentação no período:

Tipo de Contratação de Plano de Assistência à Saúde

Rede	Individuais Pós-Lei	Coletivos Pós-Lei	Coletivos por Adesão Empresariais	Total
Rede Contratada	4.382	163	13.783	18.328

21. Despesas Patrimoniais - Ágio: A Companhia em 2023 amortizou o valor total do ágio no montante de R\$ 14.038.616,53, em função da incorporação reversa da empresa LIS DENTAL LTDA. Dessa baixa, foi considerado dedutível para apuração do IRPJ e CSLL, o valor de R\$ 2.807.723,28, referente à IE de 60 anos, os 05/60 anos restantes são controlados na parte B do IALUR, e serão compensados nos exercícios seguintes. **22. Partes Relacionadas:** A Companhia não possui operações com partes relacionadas. Administração entende que quando houver, essas devem ser negociadas em condições semelhantes àquelas aplicadas entre partes não relacionadas aos quais contratassem com base em sua livre vontade e em seu melhor interesse.

Jose Hermecras Brilhante Palmeira - Diretor-Prevident
Jacinto Bruno Scagliusi - Contador - CRM 15P234266/O-1
Equação Contábil - CRM CSP022128/O-4

	2023	2022
11. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		
As provisões técnicas são compostas por:		
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	2023	2022
Provisão de Contraprestação Não Ganhos	337	220
Provisão de Eventos a Liquidar Outros Prestadores	2.657	1.356
Provisão de Eventos Ocultos e Não Avisados - PEONA	671	423
Saldo	3.665	1.999
A ANS publicou em 22/12/2009 a RN nº 209, alterada pelas RNS nºs 227 e 243/10, RN 246/11 e RN 331/12, que estabelece as regras para constituição de provisões técnicas, critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo, dentre outros. A provisão está devidamente garantida por uma aplicação financeira (Nota 04). O cálculo utilizado para a constituição da PEONA é a Nota Técnica Atuarial PEONA (NTAP) desde 28/02/2013, aprovada através do Ofício 337/2013, com data contábil vigente em 12/2014.		
12. Débitos de Operações de Assistência à Saúde	2023	2022
Comercialização sobre Operações	3.033	6.417
Saldo	3.033	6.417

13. Tributos e Encargos Sociais: O saldo dos tributos e contribuições a recolher são como segue:

	2023	2022
Tributos e Contribuições a Recolher		
PIS a Pagar sobre Faturamento	60	14
COFINS a Pagar sobre Faturamento	371	87
IRPJ a Recolher	149	76
CSLL a Recolher	53	-
INSS a Pagar	130	89
ISS Retido na Fonte a Recolher	9	3
Retenção de CSLL / PIS / COFINS	9	8
FGTS a Pagar	20	15
INSS a Pagar s/ Faturamento	190	47
Saldo	981	338

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Nossos Diretores e Administradores da Prevident Assistência Odontológica S.A. - CNPJ: 56.269.913/0001-62. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da operadora Prevident Assistência Odontológica S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da operadora Prevident Assistência Odontológica S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

Real Estate XV Investimentos Imobiliários e Participações S.A.
 CNPJ nº 17.947.891/0001-90 - NIRE 35.300.452.216 | **Aviso de Extravio de Livros Sociais**
 A Companhia, com sede na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 8º andar, Sala P Itaim Bibi, CEP 01453-000, São Paulo/SP, comunicamos o extravio dos seus seguintes livros sociais: (I) Registro de Atas das Assembleias Gerais nº 1, autenticado em 12/07/2013, sob o nº 34.291; (II) Registro de Atas das Reuniões da Diretoria nº 1, autenticado em 12/07/2013, sob o nº 34.292; e (III) Registro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração nº 1, autenticado em 12/07/2013, sob o nº 34.293.

Edital de Citação - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1045089-23.2023.8.26.0002 (DIA). Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Analista Livraria: Oliveira De Biasi Pereira da Silva, na forma da Lei. EIX: FAZ SABER A: JACINTO BRUNO SCAGLIUSI, Brasileiro, CPF 8345417334, RAI MURILLO NONATO DA SILVA, mãe JOANA LIMA DA SILVA, Nascimento:06/03/1956, natural de Teresina - PI, com endereço a: Conselho S Joaquina, 100, Caixa 2, São Joaquina, CEP 64004-215, Teresina - PI, que lhe foi proposta uma ação de Divórcio Litigioso por parte de ROSIMAR CARLA DA SILVA, alegando em síntese: Autora e réu se casaram pelo regime da comunhão parcial de bens em 25/03/1982. Autora e réu não tiveram filhos. No final dos anos de 1980, por volta de meados de 1988, a autora e réu passaram a não conviver maritalmente e desfez a separação do casal, há cerca de 35 (trinta e cinco) anos. Autora não manteve mais contato com o réu, não tendo notícia de seu atual paradeiro. Encontrando-se em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestado o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será a presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

INTIMAÇÃO - PRAZO 20 DIAS Processo nº 0005903-86.2023.8.26.0009. A Doutora Fabiana Pereira Ragazzi, Juíza da 1ª Vara Cível - Foro Regional IV - Vila Prudente, do Faz Sab. 2ª Vara Cível - Juíza Fabiana Macêdo de Assis, CPF nº 340.218.378-17, que Centro Educacional e Cultural Civitas S/LS Ltda, ação: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias úteis supra, o pagamento de R\$ 18.031,94 (oitenta e três mil e trinta e um reais e 94 centavos), além de honorários advocatícios de 10% (dez por cento) do valor do litígio, sob pena de arcação, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil. Fica aiente, que os termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, iniciará-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

BR SP PARTICIPAÇÕES S.A.
 CNPJ nº 15.186.274/0001-94 - NIRE 35.300.472.144
EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15/05/2024
Data, Hora e Local: Em 15/05/2024, às 9h, na sede social da BR SP Participações S.A. ("Companhia") na Cidade de SP, SP, na Av. das Nações Unidas, 14.401, Parte, Chácara Santo Antônio, CEP 04794-000.
Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do art.º 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme as assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas.
Deliberações: Após exame e discussão de todos os assuntos da ordem do dia, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem reservas: (I) Por considerarem que o capital social é excessivo ao necessário para a consecução do objeto social da Sociedade, aprovaram a redução proporcional do capital social da Companhia do montante atual de R\$ 176.215.590,27, para R\$ 70.430.232,75, representando, portanto, uma redução de capital no valor total de R\$ 105.785.357,62, com a restituição de capital aos acionistas da Companhia; e (II) em virtude das deliberações aprovadas no item (I) acima, aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. Ficam os administradores da Sociedade autorizados a tomar todas as providências necessárias à efetivação da redução do capital ora deliberada, tão logo transcorrido o prazo legal de 60 dias, nos termos do artigo 174 da Lei das S.A. São Paulo, 15 de maio de 2024.

Heres Participações S.A.
 CNPJ/MF nº 22.554.410/0001-17 - NIRE 3530047828-2
Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 14/05/2024
(Lavrada sob a forma de ata sumária, conforme o artigo 1.375, §1º do Lei nº 6.404/76)
1. Local, Data e Hora: Aos 12/04/2024, às 10h, na sede da Heres Participações S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Mogi Guaçu, SP, na Rua Belém do Pará, 20, 2º andar, apt. 22, Jd. Centenário, CEP 13845-252. **2. Presença e Quórum:** Constatou-se a presença representando a totalidade das ações da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: **Espólio de Hilda Persinotti Lanzl**, representada por sua inventariante Miriam Persinotti Lanzl, consoante Escritura Pública de Nomeação de Inventariante, lavrada em 11/08/2022, Livro de Notas nº 41, páginas 046/048 no Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabela de Notas de Estiva Gerbu/SP, Comarca de Mogi Guaçu, SP; Secretária: **Miriam Persinotti Lanzl**, RG 10.567.766-2 SSP-SP, expedida em 01/02/2011, CPF 068.397.528-52. **4. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei 6.404/76, "Lei das S.A.", tendo em vista a presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, de acordo com as assinaturas apostas no "Livro de Presença de Acionistas". **5. Ordem do Dia:** Tomar e aprovar as contas dos administradores, o balanço patrimonial e o resultado econômico do exercício findo em 31/12/2023. **6. Deliberações:** Após a leitura da ordem do dia, os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade e sem reservas: Aprovar as contas dos administradores, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras do resultado econômico da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023. Tais documentos permanecerão na sede da Companhia para todos os fins de direito. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, foram suspensos os trabalhos para a lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e aprovada pelas acionistas, que, em seguida, assinaram na juntamento com as integrantes da mesa, a saber: Presidente/acionista: **Espólio de Hilda Persinotti Lanzl**, representada por sua inventariante Miriam Persinotti Lanzl; Secretária/acionista: **Miriam Persinotti Lanzl**. **8. Publicações:** Publicadas as demonstrações financeiras da Companhia, cujas cópias são anexadas à presente ata. *Esta ata confere com a versão original lavrada em livro próprio.* Mogi Guaçu-SP, 12/04/2024. **Mesa: Espólio de Hilda Persinotti Lanzl** - Presidente - Miriam Persinotti Lanzl - Inventariante; **Miriam Persinotti Lanzl** - Secretária. **Acionistas: Espólio de Hilda Persinotti Lanzl; Miriam Persinotti Lanzl.** JUCESP - 111987245 em 07/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

HTL SP PARTICIPAÇÕES S.A.
 CNPJ nº 14.511.613/0001-06 - NIRE 35.300.462.157
EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2024
Data, Hora e Local: Em 15/05/2024, às 9h, na sede social da HTL SP Participações S.A. ("Companhia") na Cidade de SP, SP, na Av. das Nações Unidas, 14.401, Parte, Chácara Santo Antônio, CEP 04794-000.
Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme as assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas.
Deliberações: Após exame e discussão de todos os assuntos da ordem do dia, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem reservas: (I) Por considerarem que o capital social é excessivo ao necessário para a consecução do objeto social da Sociedade, aprovaram a redução proporcional do capital social da Companhia do montante atual de R\$ 720.216.590,02, para R\$ 676.517.909,12, uma redução no valor total de R\$ 43.698.680,90, com a restituição de capital aos acionistas da Companhia; e (II) em virtude das deliberações aprovadas no item (I) acima, aprovar a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. Ficam os administradores da Sociedade autorizados a tomar todas as providências necessárias à efetivação da redução do capital ora deliberada, tão logo transcorrido o prazo legal de 60 dias, nos termos do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações. São Paulo, 15/05/2024.

União Química Farmacêutica Nacional S.A.
 Companhia Aberta de Capital Autorizado - Registro de Companhia Emissora Categoria B nº 2686-7
 CNPJ/ME nº 06.665.981/0001-18 - NIRE: 35.300.006.658
Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 15 de Abril de 2024
Data, Hora e Local. No dia 15 de abril de 2024, às 14h30min, única e exclusivamente no formato virtual, por meio de videoconferência da plataforma Microsoft Teams. **Convocação.** Dispensada a convocação, nos termos do art. 13, §1º do Estatuto Social da Companhia e do art. 19 do Regulamento Interno do Conselho de Administração, face a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Presença.** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, perfazendo o quórum para instalação, nos termos do art. 14 do Estatuto Social da Companhia. **Presenças.** Presenças, em seguida, os colaboradores da Companhia: o advogado Sérgio Ricardo do Silva (Diretor); Roberto Dorsa Crestana (Diretor); Dra. Juliana Oliveira Marques dos Santos (Diretora Jurídica Empresarial) e Dra. Marília Tenti Baquelles (Especialista em Governança Corporativa). **Composição da Mesa.** Presidência pela Dra. Paula Melo Suzana Gomes e secretarada



EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 003479-26.2021.8.26.0100 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a) Juliana Koga Guimarães na forma da Lei etc. FAZ SABER a SILVER REAL ESTATE EMPREENDIMENTOS LTDA. CNPJ nº 14.758.642/0001-69, que lhe foi proposta uma ação de Incompetência de Personalidade Jurídica por parte de Condomínio Edifício Nepar, objetivando que a empresa Silver Real Estate Empreendimentos Ltda seja sancionada na cobrança versada nos autos nº 030763-48.2018.8.26.0100. Estando a executada em lugar ignorado, expedir-se edital, para que em 15 dias se manifeste e requiera as provas cabíveis(art.135-CP), sob pena de serem aceitos os fatos, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo aos 06 de abril de 2024. [16.17]

Jornal O Dia SP

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 1076315-17.2021.8.26.0002 (O/A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a) FABIANA FERREIRA REGO SENSA, na forma da Lei etc. FAZ SABER a todos os que o presente edital, virem ou dele tiverem conhecimento, que nos autos do processo nº 1076315-17.2021.8.26.0002 que neste juízo corre seus trâmites, processo de Inclusão Indevida em Cadastro de Indadimplentes, conforme a Lei Especial nº 5.478/68 em que é a empresa J. CUSTÓDIO CONFECÇÕES, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.114.904/0001-64, endereço eletrônico de e-mail: jessica@julyfy.com.br, no qual a autora, Caroline Gonçalves Amaro, requere a indenização por danos morais, tendo em vista o seu cadastro indevido no rd de inadimplentes. Foi realizado tentativas para localizar o réu nos endereços Rua Presidente Venâncio Braz, nº 500, Floresta, Juruatuba, RJ (3 vezes), Rua Amalio Moreira Douat, 229, Floresta, Juruatuba SC, CEP: 89211-000 (2 vezes), Avenida Antonio R. ALVIM, 1300, Gaiá, 03, Floresta, CEP: 89211-460, e não obtive êxito, assim como está o mesmo em lugar morto e não sabido, não sendo: (a) pessoalmente, nestas condições foi deferido a citação pelo presente edital, para comparecer em juízo, para promover sua defesa e ser notificado dos ulteriores termos do processo, a que deverá comparecer, sob pena de revelia. Para conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2ª via fica afixada no local de costume. EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que flui a partir do decurso do prazo o presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. [16.17]

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 10.456.140/0001-22 - NIRE 35.300.392.647

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2024

Convocamos os Senhores Acionistas da Intercement Participações S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 22 de maio de 2024, às 10h, de forma exclusivamente digital por meio da plataforma digital *Teams*, para todos os fins, considerada realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida Nações Unidas, nº 12.495, 13º andar, Sala 7, Torre Nações Unidas - Torre A, Centro Empresarial Berrini, Brooklin, CEP 04578-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Assamblea"), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: i. Aprovar as contas e o relatório da administração, o relatório e parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; ii. Aprovar a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; iii. Aprovar a proposta quanto à verba global da remuneração dos administradores para o exercício de 2024; iv. Eleger como Vice-Presidente do Conselho de Administração, Sr. Paulo Iserhardt; v. Reeleger os demais membros do Conselho de Administração; vi. Consolidar o Estatuto Social da Companhia para refletir deliberação realizada dia 23 de dezembro de 2020; e vii. Autorizar a administração da Companhia para adotar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações ora aprovadas. Os Senhores Acionistas poderão participar e votar na Assembleia, por si, seus representantes legais ou procuradores, consoante dispõe o artigo 126 da Lei nº 6.404/76, por meio da plataforma digital *Teams*. Para participação e votação, os senhores acionistas deverão encaminhar um e-mail para o endereço lrates@intercement.com, solicitando o link de acesso ao sistema digital, indicando nome completo, e-mail e telefone para contato e, no caso daqueles que forem representados por seus procuradores, encaminhar também o instrumento de mandato outorgado com poderes especiais para esse fim ("Solicitação de Acesso"). Após a validação dos dados, a Companhia encaminhará o link e a senha de acesso à plataforma digital para o endereço de e-mail informado na Solicitação de Acesso.

São Paulo, 13 de maio de 2024
RONNIE VAZ MOREIRA - Presidente do Conselho de Administração

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024
CNPJ/MF nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35300059361

1. **Data, Local e Hora:** Aos 30 dias do mês de abril de 2024, às 10h, na sede social da Casa de Saúde Santa Rita S.A. localizada na Rua Cubatão, nº 1.190, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04013-004 ("Companhia").
2. **Publicações, Convocação e Presença:** (i) Nos termos do disposto no artigo 124 e 289 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), o edital de convocação foi publicado no Jornal O Dia SP, nas edições físicas e eletrônicas dos dias 29/30/31 de março de 2024, 1º de abril e 2 de abril de 2024. (ii) Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei das S.A., relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram publicados no Jornal O Dia SP, na edição física e eletrônica do dia 29 de março de 2024. Conforme disposto no artigo 125 da Lei das S.A., a Assembleia Geral Ordinária foi instalada com a presença de acionistas detentores de ações representando 90,05% do capital social da Companhia, conforme registro de presença que constitui o Anexo I desta ata, bem como a presença do Diretor Presidente, Sr. Wagner Cortesio Marujo, e do Diretor Financeiro, Sr. Sergio Lopez Bentes. 3. **Mesa:** Presidente: Waneska Taghin Overbeck; Secretária: Jane Denise Yang. 4. **Ordem do Dia:** (i) Assembleia Geral Ordinária: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e, quando aplicável, votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (b) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (c) fixar o limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2024; e (d) a ratificação de todos os atos já praticados pelos representantes legais da Companhia relacionados às matérias acima. (ii) Assembleia Geral Extraordinária: (a) a outorga de ações virtuais da Companhia (*Phantom Shares*) ao Diretor Presidente, nos limites previstos pelo "Plano de Outorga de Ações Virtuais (*Phantom Shares*) da Companhia" aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de julho de 2023 ("Plano *Phantom Shares*"). 5. **Deliberações:** Iniciados os trabalhos: (i) foi informado aos acionistas que, sem prejuízo dos materiais publicados no Jornal O Dia SP nos dias 29/30/31 de março de 2024, 1º de abril e 2 de abril de 2024, todo o material pertinente à Ordem do Dia da assembleia estava à disposição de todos os acionistas, na sede social da Companhia, desde o dia 29 de março de 2024, bem como foi disponibilizado o seu acesso durante o conclave, tendo todos os acionistas o tempo necessário à sua apreciação e ao esclarecimento de dúvidas; e (ii) foi autorizado, pela maioria dos acionistas presentes, a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A. Antes de passar à Ordem do Dia, a administração da Companhia prestou esclarecimentos a todos os acionistas presentes a respeito das matérias que foram objeto da notificação enviada pela acionista Sra. Cora Mesquita Branco Ferreira à Companhia em 22 de abril de 2024. Após esclarecidos todos os questionamentos contidos na referida notificação, bem como demais questões endereçadas à Companhia referentes às matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram por: (i) Em sede de Assembleia Geral Ordinária: a. aprovar, por 99,993% dos votos dos acionistas presentes, com abstenção de voto da acionista Cora Mesquita Branco Ferreira, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e b. aprovar, por 99,993% dos votos dos acionistas presentes, com abstenção de voto da acionista Cora Mesquita Branco Ferreira, a não distribuição de dividendos, tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e c. aprovar, por 99,993% dos votos dos acionistas presentes, com abstenção de voto da acionista Cora Mesquita Branco Ferreira, a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2024, no montante total de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões), já incluídos os valores referentes aos benefícios e às verbas de representação, de acordo com o disposto no artigo 152 da Lei das S.A.; d. aprovar, por 99,993% dos votos dos acionistas presentes, com abstenção de voto da acionista Cora Mesquita Branco Ferreira, a ratificação de todos os atos já praticados pelos representantes legais da Companhia relacionados às matérias acima. (ii) Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: a. aprovar, por 99,99% dos votos presentes, com abstenção de voto da acionista Cora Mesquita Branco Ferreira, a outorga de novas ações virtuais (*Phantom shares*), ao Diretor Presidente, Sr. Wagner Cortesio Marujo, em quantidade equivalente ao adicional de 1,0% do número total de ações da Companhia emitidas na data da AGOE, totalizando 2,0% do número total de ações da Companhia. Isso será aplicado também para cada aumento de capital social da Companhia que for realizado até o Limite Global previsto no Plano, em que será outorgado o total de 2,0% do número de novas ações, considerando um período de *vesting* de 12 meses. 6. **Manifestações dos Acionistas:** A acionista Cora Mesquita Branco Ferreira apresentou manifestação de voto por escrito, ora anexada à presente ata de assembleia (Anexo II). 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e lavrou-se esta ata de assembleia geral ordinária e extraordinária que, lida e aprovada, foi devidamente assinada e aprovada, em duas vias, uma das quais, sendo a presente ata cópia fiel, que se encontra lavrada em livro de atas da Companhia, São Paulo, 30 de abril de 2024. **Composição da Mesa:** Waneska Taghin Overbeck - Presidente; Jane Denise Yang - Secretária. JUCESP nº 198.239/24-5 em 08/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Relator da CPI da Braskem pede indiciamento da mineradora e 8 pessoas

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou a atuação da Braskem em Maceió concluiu que a mineradora cometeu, ao menos, seis crimes, que vão desde a omissão, por não tomar as medidas de prevenção necessárias, como o de lavra ambiciosa, por extrair maior quantidade de sal-gema do que a segurança das minas permitiriam. "É importante observar que o crime ambiental de Maceió não começou com um tremor de terra no dia 3 de março de 2018. Trata-se de um crime permanente, cuja consumação perdurou por décadas", destacou o relator da CPI, senador Rogério Carvalho (PT/SE).

O relator pediu o indiciamento da mineradora e de mais oito pessoas ligadas à Braskem, entre eles diretores, gerentes, engenheiros e técnicos responsáveis da companhia, o que incluiu o atual vice-presidente executivo Marcelo de Oliveira Cerqueira. Ouvido na terça-feira (14), ele afirmou desconhecer as ilegalidades praticadas pela Braskem em Maceió. O relatório do senador Rogério Carvalho, com mais de 760 páginas, deve ser votado na comissão na próxima terça-feira (21). A atuação da mineradora no município levou ao afundamento de cinco bairros, causando o deslocamento forçado

Especialistas apontam vulnerabilidade de áreas costeiras a inundações

As regiões costeiras do Brasil são mais vulneráveis a inundações e deslizamentos, diz o especialista em recursos hídricos Osvaldo Rezende, que é professor da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo Rezende, de forma geral, a região costeira tem uma propensão muito grande a sofrer inundações, desde Macapá, capital do Amapá, até Pelotas, no Rio Grande do Sul. "Toda a região costeira do Brasil tem uma propensão natural a ter esses alagamentos. São regiões muito planas, o que dificulta o escoamento da água com bacias hidrográficas que drenam rapidamente água para essa região, e logo na frente tem o mar. Então, o mar é um agente que

dificulta o escoamento, principalmente nos momentos de maré alta. Recife e Rio de Janeiro são notórios para esse tipo de alagamento, porque são regiões muito baixas e estão muito próximas do nível do mar", disse o especialista. O coordenador geral de Operações e Modelagem do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), Marcelo Seluchi, destaca que deslizamentos de terra preocupam muito em toda a região litorânea ao longo do Brasil por haver concentração de população, topografia em declive e chuvas abundantes. "As regiões litorâneas têm alta vulnerabilidade para deslizamentos de terra." "De forma geral, todas as regiões metropolitanas no Brasil

Moraes suspende por mais 90 dias processo sobre Ferrogrão no STF

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu na quarta-feira (15), por mais 90 dias, o processo que trata da legalidade da construção da Ferrogrão, nova ferrovia que ligará Sinop, no norte de Mato Grosso, a Itaituba, no Pará. Em setembro do ano passado, Moraes determinou a suspensão do processo por seis meses após autorizar a conciliação entre as partes no intuito de solucionar o impasse para a construção da ferrovia. A discussão envolve compensações ambientais, oitiva de indígenas e elaboração de estudos. Ao determinar a nova suspensão do processo que envolve a questão, o ministro disse que o processo de conciliação está em "estágio avançado". Em março de 2021, Moraes

Brasil vai desenvolver cultivo de alimentos no espaço

O Brasil vai desenvolver formas de cultivar alimentos fora do planeta Terra. Segundo o presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Marco Antônio Chamon, essa é a contribuição que o país tenta levar para o Projeto Artemis. Idealizado pela Nasa, a agência espacial norte-americana, o programa pretende estabelecer uma base permanente na superfície da Lua. A proposta é que, partir dali, seja possível lançar missões tripuladas para Marte. Uma primeira missão sem tripulação, como parte do projeto foi lançada em 2022, e uma outra, com tripulantes, está prevista para 2025. O Projeto Artemis reúne 39 países comprometidos com a proposta de estabelecer uma base lunar. De acordo com Chamon, nesse contexto, o Brasil tem buscado formas de contribuir com o projeto, apesar de não ter tradição na exploração espacial.

de 15 mil famílias. São imputados à Braskem, aos gestores e técnicos da mineradora, entre outros, crimes como o de poluição, de extração de matéria-prima em desacordo com as obrigações legais e de elaboração ou apresentação de laudo ou estudo falso ou enganoso, todos previstos na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605 de 1998). "Maceió é hoje vítima do maior crime ambiental em área urbana do mundo: o afundamento do solo em uma região de 3,6 km² já atingiu diretamente 60 mil pessoas, obrigadas a deixar as suas casas", disse o senador. O relator ainda pediu o indiciamento de outras quatro empresas que prestaram serviços

para Braskem, realizando laudos sobre a situação do solo dos bairros afundados em Maceió. Os laudos foram considerados falsos pelo relator, servindo para enganar a Agência Nacional de Mineração, responsável pela fiscalização do setor. "A Braskem sabia da possibilidade de subsidência do solo e mesmo assim decidiu deliberadamente assumir o risco de explorar as cavernas para além das suas capacidades seguras de produção. Além disso, para que pudesse manter a continuidade e o ritmo da extração de sal-gema, inseriu informação falsa em documentos públicos, omitiu dados essenciais de relatórios técnicos e manipulou os órgãos de fiscaliza-

ção", afirma o senador. **Ausência do Estado** O relator Rogério Carvalho diz em seu relatório que a ação da empresa só foi possível "devido à ausência deliberada do Estado, que não fiscalizou ou monitorou corretamente a extração de sal-gema em Maceió". "Percebemos que as várias violações observadas só puderam ocorrer porque os órgãos regulatórios se omitiram em seu dever de fiscalização; concederam e renovaram licenças a partir de relatórios fornecidos ou encomendados pela própria empresa, sem qualquer verificação; ignoraram alertas de especialistas e denúncias da população", destacou.

Rogério Carvalho ainda apontou para omissão dos ex-ministros de Minas e Energia Moreira Franco, do governo Michel Temer, e Bento Albuquerque e Adolfo Sachsida, ambos do governo de Jair Bolsonaro, por não encerrarem a concessão da lavra da Braskem em Maceió. Porém, no caso dos servidores e agentes públicos, o relator não pediu o indiciamento por concluir que "não foi possível reunir elementos materiais suficientes para imputar responsabilidade penais aos indivíduos, portanto, motivo pelo qual consideramos que mais diligências são necessárias para a elucidação das circunstâncias".

O relator sugeriu que houve omissão de gestores, superintendentes e diretores da Agência Nacional de Mineração (ANM) e do extinto Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), antecessor da ANM, e do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas.

Nota Em nota, a mineradora diz que "esteve à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito, colaborando prontamente com todas as informações e providências solicitadas. A companhia continua à disposição das autoridades, como sempre esteve". (Agência Brasil)

Com foco no atendimento em saúde mental, Paraná inicia novo ciclo do PlanificaSUS

A Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) assinou na quarta-feira (15) o Termo de Adesão do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), referente ao PlanificaSUS, para o triênio 2024-2026. Um dos principais destaques desse novo ciclo é o enfoque na otimização dos serviços de saúde mental, especialmente na Macrorregião Norte, integrada pela 16ª RS de Apucarana, 17ª RS de Londrina, 18ª RS de Cornélio Procopio, 19ª RS de Jacarezinho e 22ª RS de Ivai-porã. A proposta é criar estratégias de educação permanente nessa região, desenvolvendo competências e habilidades nas equipes técnicas e gerenciais e, futuramente, compartilhando os êxitos para outros locais do Estado. O projeto recebe apoio do Hospital Israelita Albert Einstein, do Ministério da Saúde (MS) e do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), tendo como objetivo reforçar a Rede de Atenção à Saúde de Jacarezinho e 22ª RS de Ivai-porã. Também prevê a implementação da Planificação da Atenção à Saúde (PAS) por meio de ciclos de melhorias, divididos em fases de planejamento, operacionalização, monitoramento e avaliação. As atividades incluem workshops, oficinas técnicas e outras iniciativas desenvolvidas nas Regiões de Saúde da Macrorregião Norte

e nos Municípios da 4ª Regional de Saúde de Irati. "O PlanificaSUS tem uma grande importância no fortalecimento dos serviços de saúde, otimizando processos com ferramentas interligadas em benefício da população paranaense. É um grande projeto, que sintetiza o nosso Sistema Único de Saúde por meio de ações, trocas de experiências e parcerias efetivas", afirmou o secretário de Estado da Saúde, Beto Preto. O Paraná aderiu à estratégia PlanificaSUS em 2019 e a implementou inicialmente na 4ª Região de Saúde de Irati. Em 2021, foi o primeiro Estado a expandir a metodologia para todas as suas regiões. O PlanificaSUS Paranaense possibilita reorganizar os processos de trabalho das equipes das Unidades de Saúde e dos ambulatórios vinculados a essa estratégia, com o objetivo de melhorar o cuidado às pessoas usuárias do SUS ao promover o acolhimento. "O Planificasus é uma grande oportunidade para implementarmos metodologias que contemplem, de maneira universal, as necessidades dos usuários. Essa assinatura marca um novo passo, ainda mais forte, para elevar a qualidade no acesso e atendimento em saúde para o Estado", afirmou o presidente do Conselho de Secretários Municipais do Paraná (Cosems), Fábio de Melo. (AENPR)